

Arquitetura deve ser sempre entendida como produção cultural. A participação de um Centro Português de Arquitetura não deverá ignorar a pertinência da relação Estado/Sociedade Civil, considerando o uso de outras instituições cuja acção abrange a defesa e a promoção da Arquitetura. A arquitetura integra e cruza as indústrias das artes e da indústria da construção, facilitando o envolvimento de ideias com potencial social e económico. Essa produção deverá ser induzida por uma consciência crítica que problematize o contexto da encomenda, a defesa da dimensão cívica e cultural da arquitetura, associando a criatividade ao contexto urbano e territorial e à melhoria das condições de vida dos cidadãos.

## 02. CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

*moderadora: Ana Tostões*

*relator: Vítor Mestre*

A conservação e valorização do Património arquitectónico, incluindo o contemporâneo, constitui no presente século um factor de desenvolvimento social, envolvendo cada vez mais as comunidades na sua defesa, enquanto interesse comum para a definição da sua identidade. A realidade arquitectónica, urbanística, histórica e ecológica que envolve as comunidades, independentemente dos tempos e estilos e estéticos em presença, fortalece a genuína ideia de sustentabilidade. O factor cultural será determinante para a justa (re)utilização desse património arquitectónico e urbanístico contemporâneo, incluindo as boas práticas e das cartas de salvaguarda da UNESCO, alicerçadas numa ética de intervenção. A especificidade e particularidades ligadas às especialidades, os difusos, aos materiais e tecnologias tradicionais surgidas no séc. XX, levantam novos temas de autenticidade, face à exigente implementação e aos novos padrões de direito, entre outros, impondo a elevação da discussão pública das acções que levam à salvaguarda e simultaneamente à sua acção e/ou transformação, por vezes em áreas e edifícios de grande estima pública, quando reacções diversas.

## 03.02. HABILITAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

## 01. LEGISLAÇÃO, ENCOMENDA PÚBLICA E DEFESA DOS CONSUMIDORES

*moderadora: Leonor Cintra Gomes*

*relator: Francisco Vieira de Campos*

A participação dos Arquitectos deve ter um papel no acompanhamento da elaboração e aprovação do quadro legislativo que interfere com a profissão, tal como demonstrou na recente participação no CCP e na Lei 31/2009, nomeadamente no RCCTE (acautelando os aspectos relativos à reabilitação).

A No que respeita à encomenda dos projectos de arquitetura, a OA deve empenhar-se para alterar o actual predomínio dos critérios do preço e do prazo para critérios que privilegiem a qualidade.

A A OA deve denunciar as situações injustificadas que não respeitem o concurso de concepção na modalidade de concurso público como regra quando está em causa o financiamento público.

O concurso de concepção na modalidade de concurso público é a forma de encomenda pública que melhor serve e defende o promotor e consumidor, assegurando a qualidade da Arquitetura.

A A OA deve promover e aprofundar a dimensão ética da nossa profissão, designadamente no quadro da encomenda pública e da defesa dos consumidores.

A A OA deve promover junto do Governo, em benefício do consumidor e da própria administração pública, que os custos com projectos de arquitetura sejam elegíveis para desconto em sede de IRS e IRC e de redução do IVA, em igualdade de circunstâncias com os que existem para obra, como o exemplo da obra de reabilitação.

## 03.02. HABILITAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

*moderador: Vítor Carvalho Araújo*

*relatora: Teresa Cáliz*

A Destacar o papel do Conselho dos Arquitectos da Europa (CAE) na definição de estratégias e de políticas de actuação conjunta.

A Considerar a recomendação do CAE no que diz respeito aos períodos de formação e de experiência profissional acompanhada.

A Considerar os efeitos da implementação da Directiva Europeia relativa às Qualificações Profissionais, transposta para o quadro jurídico nacional através da Lei 9/2009 de 4 de Março.

A Considerar a próxima entrada em vigor da Directiva Europeia relativa à prestação de Serviços – cuja transposição deverá ser feita pelos Estados-Membros até 31 de Dezembro de 2009 – que estabelece a livre circulação de profissionais no espaço europeu.

A Atender às prioridades do CAE no sentido de ser reforçado o papel e a responsabilidade dos arquitectos na definição da qualidade da concepção, na inovação tecnológica e na eficácia do desempenho das edificações e das cidades.

A Alertar as escolas de arquitetura para adopção de níveis de exigência compatíveis com aqueles que decorrem do novo enquadramento do exercício da profissão;

A Regular e avaliar o período de experiência profissional acompanhada e reforçar a formação em diferentes áreas.

A Destacar, no âmbito da nova Lei 31/2009, de 3 de Julho:

o seu carácter abrangente e a responsabilização acrescida para os arquitectos e para a Ordem dos Arquitectos (Artº 10º, nº 2 – “Os projectos de arquitetura são elaborados por Arquitectos com inscrição válida na Ordem dos Arquitectos”);

os conceitos e as definições que reforçam a autonomia e a responsabilidade dos arquitectos nos diferentes níveis em que se prevê a sua actuação;

a clarificação dos deveres do arquitecto e dos níveis de exigência da sua qualificação.

A O sucesso da participação designadamente nas relações entre o município e as populações depende do recurso a métodos de trabalho e de comunicação que confiram ao cidadão comum a capacidade de ajuizar as iniciativas públicas destinadas a melhorar o seu quadro de vida;

A A participação das comunidades reforça a legitimidade política dos órgãos responsáveis pela aprovação de projectos destinados à satisfação de necessidades colectivas;

A A preocupação pedagógica de iniciar os estudantes do ensino básico e secundário na compreensão da arquitetura contribui para a formação de cidadãos capazes de contribuir activamente para a melhoria do ambiente construído.

A Do currículo do ensino da arquitetura deverá constar a formação em técnicas de apresentação de projectos e planos que permitam a sua adequada compreensão das comunidades a que se destinam;

A As políticas municipais de arquitetura constituem um quadro integrador que dá pleno sentido às iniciativas apostadas na formação cívica das comunidades na medida em que permitem concretizar preocupações de ordem geral em função das realidades locais.

## 04.02. EDUCAÇÃO COM A ARQUITECTURA

*moderadora: Maria Manuel Oliveira*

*relator: João Paulo Martins*

A O papel da Educação com a Arquitetura, enquanto componente essencial da Política para a Arquitetura, deve dirigir-se, através de acções diversas, a toda a sociedade, centrando-se com particular intensidade na acção educativa.

A A Educação com a Arquitetura visa promover a formação de gerações mais responsáveis e mais comprometidas com a definição do espaço que habitam, no sentido de impulsionar uma efectiva sustentabilidade cultural.

A O processo de Educação com a Arquitetura deve ser iniciado nos primeiros ciclos do ensino.

A Os professores devem ser os mediadores deste processo.

A Nesse sentido, deve promover-se a formação de professores, envolvendo-os na produção de materiais didácticos relativos ao ambiente construído e ao território.

A Os conteúdos produzidos nestes materiais didácticos devem ser integrados nos currículos escolares já existentes, evitando a criação de novas disciplinas.

A Este processo de conhecimento deve ser necessariamente acompanhado pela vivência concreta do espaço.

A A par da definição de estratégias a prazo alargado, devem ser estabelecidas prioridades de acção e programadas aplicações concretas e mais imediatas.

A Esta implementação deve ser monitorizada, no sentido de integrar os ajustamentos que a experiência venha a demonstrar necessários.

A O programa de Educação com a Arquitetura deve envolver parceiros de diversa natureza (institucional, multidisciplinar, mediática), considerados decisivos para a sua efectividade e divulgação.

*Este documento pode ser descarregado em [www.arquitectos.pt](http://www.arquitectos.pt)*